

42

**Habeas Corpus nº:** 0333430-5  
**Comarca Origem:** 2ª Vara Criminal da Comarca de Recife  
**Impetrante:** Danielle Cintra Zanella e OUTRO  
**Paciente:** Walber Jorge Dantas de Moura  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**EMENTA**

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE FURTO, ESTELIONATO E USO DE DOCUMENTO FALSO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA. QUESTÃO JÁ EXAMINADA PELO TJPE. REITERAÇÃO DE IMPETRAÇÃO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA POR PARTE DO JUDICIÁRIO. PLURALIDADE DE RÉUS. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA EM PARTE, E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGADA.**

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de reiteração de habeas corpus relativamente a pedido anteriormente julgado.

2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo. Ademais, complexidade do feito e pluralidade de réus justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

MF

3. Ordem não conhecida com relação à alegação de constrangimento ilegal por suposta ausência de requisitos para a custódia, e, na parte conhecida da medida, ordem denegada, à unanimidade de votos.

### **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de habeas corpus nº 0333430-5, em que figuram como impetrantes Danielle Cintra Zanella e OUTRO e como paciente **Walber Jorge Dantas de Moura**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em não conhecer da alegação de constrangimento ilegal por suposta ausência de requisitos para a custódia, e, na parte conhecida da medida, denegar a ordem do presente habeas corpus, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator

---

**Habeas Corpus nº:** 0333430-5  
**Comarca Origem:** 2ª Vara Criminal da Comarca de Recife  
**Impetrante:** **Danielle Cintra Zanella e OUTRO**  
**Paciente:** Walber Jorge Dantas de Moura  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

---

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de pedido de ordem de habeas corpus subscrito por Danielle Cintra Zanella e OUTRO, em favor de **Walber Jorge Dantas de Moura**, no qual apontado como autoridade coatora o Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Recife.

Os impetrantes asseveram que o paciente encontra-se preso desde o dia 22/07/2013, denunciado pelo suposta prática dos crimes previstos no art. 155, §4º, II e IV, c/c art. 171, c/c art. 304, todos do Código Penal.

É que, segundo o Ministério Público, no dia 15/07/2013, no bairro de Boa Viagem, mediante destreza, o paciente teria subtraído um cartão de crédito que estava em um envelope lacrado na portaria de um edifício, utilizando-o, posteriormente, para fazer compras pela internet. Consta ainda que, na ocasião, fez uso, para fins de identificação, de um Carteira do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro.

MY

Relatam que foi postulada a liberdade provisória do acusado, mas o pedido foi indeferido, sem qualquer fundamentação robusta ou convincente.

Defendem, em resumo, que estão **ausentes os requisitos para a custódia cautelar** e que há **excesso de prazo na formação da culpa**.

Pedem, assim, a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Não juntaram qualquer documento.

Informações encaminhadas às fls. 26/28.

O parecer do Ministério Público foi pela **denegação da ordem**.

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**

**Habeas Corpus nº:** 0333430-5  
**Comarca Origem:** 2ª Vara Criminal da Comarca de Recife  
**Impetrante:** Danielle Cintra Zanella e OUTRO  
**Paciente:** Walber Jorge Dantas de Moura  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO**

Conforme relatado, pretendem os impetrantes a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura, eis que, segundo sustentam, estão **ausentes os requisitos para a custódia cautelar e há excesso de prazo na formação da culpa.**

**DOS REQUISITOS PARA A CUSTÓDIA CAUTELAR**

No que se refere à custódia cautelar, compulsando os autos, verifico que, por ocasião do recebimento da denúncia (decreto de fls. 34/36), a medida restritiva foi adotada porque havia indicação de inclinação dos acusados para prática delitivas, sendo a prisão processual reclamada pela ordem pública, ante a possibilidade evidente de reiteração criminosa.

Na verdade, muito embora os impetrantes insistam em afirmar que restam ausentes os requisitos para a medida, tal ponto já foi até mesmo objeto de exame nesta Corte de Justiça, tendo esta 2ª Câmara, quando do julgamento do Habeas Corpus nº. 0316799-5, denegado a ordem, decidindo por manter a

medida restritiva, afastando a alegação de constrangimento ilegal por suposta ausência de fundamentos no decreto preventivo.

Sendo assim, no primeiro aspecto levantado na presente medida - **requisitos para a custódia cautelar**, a hipótese se afigura como de inadmissibilidade manifesta do remédio constitucional em exame, por se configurar como **reiteração da impetração anterior**, inexistindo qualquer fato ou argumento novo que permita a sua reapreciação por esta Corte de Justiça.

Cabe alertar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à impossibilidade de reiteração de habeas corpus relativamente a pedido anteriormente julgado.

Senão vejamos:

CRIMINAL. HC. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TENTATIVA. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. EXCESSO DE PRAZO. **ARGUMENTOS JÁ APRECIADOS EM WRIT ANTERIORMENTE JULGADO POR ESTA CORTE. REITERAÇÃO. ORDEM NÃO CONHECIDA.** 1- **Hipótese na qual os argumentos de falta motivos para a manutenção da prisão preventiva do réu, bem como de excesso de prazo para o seu julgamento já foram apreciados em habeas corpus anteriormente impetrado perante esta Corte, tratando-se de mera reiteração.** 2- Ordem não conhecida. (HC 85.345/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, julgado em 28.11.2007, DJ 17.12.2007 p. 255)

PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS. PEDIDOS DE EXTENSÃO. AGRAVO REGIMENTAL. ESTELIONATO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. PRISÃO PREVENTIVA. PRIMEIRO E SEGUNDO PEDIDOS DE EXTENSÃO: ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PRISIONAL. REPETIÇÃO DOS HABEAS CORPUS 47.294 E 47.295/RR. ART. 210 DO RISTJ. PEDIDOS INDEFERIDOS. TERCEIRO PEDIDO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PRISIONAL. IMPROCEDÊNCIA. FUGA DO PACIENTE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. **Sendo os primeiro e segundo pedidos reiteração de outros, com os mesmos fundamentos, o relator os indeferirá liminarmente**, nos exatos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ. No terceiro pedido, deduz-se que a fuga da paciente do distrito da culpa demonstra a sua vontade de se furtar da aplicação da lei penal e obstruir o regular andamento da instrução criminal. Ordem DENEGADA.

Pedidos formulados por WILTON GOMES DE LIMA e MARIA RITA MARIN INDEFERIDOS, posto serem reiteração do que julguei nos autos do habeas corpus nº 47.294 e 47.295/RR. Ordem DENEGADA em relação a EDUARDO AUGUSTO PERRI. Agravo Regimental a que se NEGA provimento. (AgRg no PExt no HC 46.717/RR, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, julgado em 07.03.2006, DJ 17.04.2006 p. 212)

**Não conheço, pois, da alegação de constrangimento ilegal por ausentes os requisitos para a custódia cautelar.**

**DO SUPOSTO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA**

Pelo que se extrai dos autos, o paciente está **preso desde o dia 22/07/2013**, denunciado pelo suposta prática dos crimes previstos no art. 155, §4º, II e IV, c/c art. 171, c/c art. 304, todos do Código Penal, e o **fato criminoso ocorreu em 15/07/2013**.

Com relação ao andamento do feito, pontuado pelo Juízo, nas informações prestadas (fls. 27), que **a peça acusatória foi recebida em 12/09/2013**, oportunidade em que foi decretada a prisão dos denunciados; que **já foram realizadas duas audiências**, e a instrução só não foi finalizada porque os réus não foram apresentados pelo SERES devido à greve da polícia militar; que foi **designado o dia 28/07/2014 para a realização de nova audiência**, ocasião em que os réus serão interrogados e a instrução finalizada, para em breve os autos serem julgados.

Pontuado também que, como o paciente e o coréu são naturais do Rio de Janeiro, ofício-se a Secretaria daquele Estado, sendo informado que o **ora paciente conta com três ocorrências criminais**, uma delas por estelionato tentado.

Pelo que se observa, tanto das informações quanto em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, no feito de origem, **o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o processo sempre que necessário**, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada, especialmente quando há complexidade do feito, pluralidade de réus etc.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** - (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. **Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar



prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Ademais, *in casu*, andou bem o *Parquet* ao lembrar que a 'partir das informações prestadas, vê-se que **o encerramento da instrução criminal se avizinha, estando designada audiência para o dia 28.07.2014**, quando será interrogado o paciente e finalizada a instrução', não havendo que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo no caso *sub examine*.

Por outro lado, 'o retardo para sua conclusão está plenamente justificado e amparado pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. O adiamento da audiência se deu por motivo de força maior, ou seja, a instrução somente não foi finalizada porque os réus não foram apresentados pela SERES, devido à greve da PMPE. Assim, não há como se atribuir a culpa ao Juízo pelo retardo'.

**Afasto, portanto, também a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.**

Face o exposto, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, não conheço da alegação de constrangimento ilegal por suposta ausência de requisitos para a custódia, e, na parte conhecida da presente medida, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 11 de junho de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator